



PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público

031. PROVA OBJETIVA

Supervisor de Ensino

(Cód. 034)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

Aguarde a ordem do fiscal para abrir este caderno de questões.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **03**.

O combate à notícia falsa

Da mesma forma que a evolução tecnológica tornou a informação mais acessível e ampliou os espaços de discussão de ideias – avanços que são especialmente saudáveis para a democracia –, ela **também** trouxe novos desafios. Caso paradigmático de efeito colateral negativo das redes sociais é a disseminação de notícias falsas, que podem, em último termo, colocar em risco o ambiente de liberdade de expressão, fundamental para uma democracia.

De forma pioneira, a Alemanha apresentou uma possível solução para o problema das notícias falsas. No dia 1º de janeiro, entrou em vigor uma lei, aprovada em junho do ano passado, que obriga as redes sociais a removerem conteúdos impróprios, como discurso de ódio e notícias falsas, de suas plataformas em até 24 horas após terem sido legalmente notificadas. As empresas que não cumprirem as novas normas poderão ser multadas em até € 50 milhões.

A nova lei aplica-se a *sites* e redes sociais com mais de 2 milhões de membros. Facebook, Twitter e YouTube serão os principais afetados.

Com a entrada da lei em vigor, o governo alemão anunciou que oferecerá formulários digitais para que os cidadãos possam denunciar quando as redes sociais não removerem o conteúdo denunciado dentro do prazo estipulado. Recentemente, o Facebook informou que contratou centenas de novos funcionários na Alemanha para lidar com as denúncias no país dentro do novo marco legal. É um primeiro passo.

(O Estado de S.Paulo. <http://opiniao.estadao.com.br>. 07.01.2018. Adaptado)

01. É correto afirmar que o texto, referente à lei alemã para coibir a disseminação de notícias falsas,

- (A) dá como certa a eficácia de sua aplicação, como se observa em: "... aplica-se a *sites* e redes sociais..." (3º parágrafo).
- (B) faz uma crítica à morosidade de sua implementação, como se evidencia em: "De forma pioneira..." (2º parágrafo).
- (C) contesta o caráter arbitrário dessa medida, como se verifica em: "... obriga as redes sociais a removerem conteúdos impróprios..." (2º parágrafo).
- (D) questiona a burocracia desnecessária envolvida em sua execução, como se nota em: "... o governo alemão anunciou que oferecerá formulários digitais..." (4º parágrafo).
- (E) posiciona-se favoravelmente a essa iniciativa, como se sugere em: "... uma possível solução para o problema..." (2º parágrafo).

02. O vocábulo **também**, em destaque no primeiro parágrafo, enfatiza

- (A) as ações políticas desencadeadoras da evolução tecnológica.
- (B) os obstáculos que atrasaram o início da evolução tecnológica.
- (C) as consequências ambivalentes da evolução tecnológica.
- (D) as transformações históricas que antecederam a evolução tecnológica.
- (E) os mecanismos de poder que justificaram a evolução tecnológica.

03. No trecho do primeiro parágrafo – ... notícias falsas, que podem, **em último termo**, colocar em risco o ambiente de liberdade de expressão... –, a construção destacada contribui para

- (A) atribuir ao enunciado um *status* de verdade comprovada.
- (B) chamar a atenção para os efeitos das notícias falsas.
- (C) apontar o significado explicitamente contraditório da afirmação.
- (D) reforçar o traço pejorativo do vocábulo "liberdade" no contexto.
- (E) descrever as "notícias falsas" como um problema incorrigível.

04. Assinale a alternativa correta quanto à concordância, de acordo com a norma-padrão da língua.

- (A) Ampliar os espaços de debates constituem um aspecto positivo da revolução digital.
- (B) Talvez tenha sido encontrado uma solução para o problema das notícias falsas.
- (C) Deve-se remover os conteúdos impróprios, qualquer que sejam, em até 24 horas.
- (D) Cinquenta milhões de euros é o valor máximo a que poderão chegar as multas.
- (E) Formulários digitais serão entregue à população para denunciar as redes sociais.

05. Da mesma forma que a evolução tecnológica tornou a informação mais acessível _____ pessoas, ela _____ trouxe novos desafios, entre _____ estão as falsas notícias.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) às ... lhes ... os quais
- (B) as ... lhes ... as quais
- (C) às ... lhe ... aos quais
- (D) as ... lhe ... os quais
- (E) às ... lhes ... às quais

Considere a crônica para responder às questões de números 06 a 09.

Sobre o 'sobre'

De um ano pra cá, comecei a ouvir frases do tipo “não é sobre opinião, é sobre respeito” ou “não é sobre direitos, é sobre deveres”.

A primeira vez que me deparei com este novo uso do “sobre”, pensei que estavam falando “sobre” algum filme, livro ou peça de teatro. A respeito de “Superman I”, por exemplo, poderíamos dizer que “não é sobre superpoderes, é sobre amor”. Assim como “Casa de Bonecas”, do Ibsen, “não é sobre um casamento, é sobre a liberdade”. Prestando mais atenção, porém, percebi que o sentido era outro. Era o “sobre” como “ter a ver com”. Trata-se de uma tradução troncha de “*it's not about*”, que os anglófonos usam a torto e a direito. Ou melhor, nós usamos torto, eles usam direito.

Palavras são ferramentas, chaves que se encaixam perfeitamente nas delicadas fendas dos significados. Quando a gente usa a ferramenta errada, espana o parafuso. O que aumenta meu desconforto com o “sobre” é que, nas frases em que ele é empregado, tem sempre alguém nos dando uma lição e dizendo que não entendemos lufas do assunto. É como se eu estivesse tentando aparafusar uma estante na parede, me afastassem da tarefa e assumissem o meu lugar usando uma faca de cozinha. Ou, para ligar a imagem à origem do problema: usando uma chave inglesa.

Não quero parecer arrogante. “Não é sobre preciosismo”, eu diria, aderindo à moda, “é sobre lógica”. Há frases que fazem sentido, outras que não. Já está tão difícil nos entendermos em bom português, imagina com todo mundo usando faca em parafuso e desrosqueando porca com alicate: acabaremos por estropiar de vez a fragilíssima máquina da comunicação.

(Antônio Prata. *Folha de S.Paulo*. www.folha.uol.com.br. 29.10.2018. Adaptado)

06. Um dos problemas que o autor aponta no uso de “sobre” em frases do tipo “não é sobre direitos, é sobre deveres” está relacionado ao fato de que esse uso

- (A) revela pouco refinamento e afeta a melodia da língua.
- (B) impede uma compreensão profunda do preciosismo da língua.
- (C) acarreta desvio de sentido e prejudica a compreensão.
- (D) compromete o purismo necessário à preservação do idioma.
- (E) é elitista, pois se restringe a falantes de uma língua estrangeira.

07. Com a expressão “chave inglesa”, no terceiro parágrafo, o autor

- (A) defende a ideia de que a língua portuguesa dispõe de muito mais recursos de comunicação que a língua inglesa.
- (B) sugere que as pessoas que eventualmente empregam palavras ou frases de origem estrangeira são arrogantes.
- (C) frisa que há ideias que simplesmente não podem ser traduzidas do inglês para o português.
- (D) explicita seu ponto de vista terminantemente contra as teorias que endossam as recentes traduções de obras da língua inglesa.
- (E) reforça a crítica à inadequação do emprego do vocábulo “sobre” como uma tradução malfeita da construção inglesa “*it's not about*”.

08. O emprego das aspas no último parágrafo serve ao propósito de

- (A) explicitar a citação da opinião de um terceiro.
- (B) evidenciar a presença da intenção sarcástica.
- (C) destacar expressões com sentido figurado.
- (D) anular o propósito crítico do comentário.
- (E) realçar um uso preciosista da língua.

09. Atendo-se à regência da norma-padrão, o vocábulo destacado em – Era o “sobre” **como** “ter a ver com”. (2º parágrafo) – está corretamente substituído por:

- (A) em analogia contra
- (B) em paralelo por
- (C) em equivalência de
- (D) em correspondência com
- (E) em consonância de

10. Assinale a alternativa correta quanto à pontuação e à colocação pronominal, de acordo com a norma-padrão.

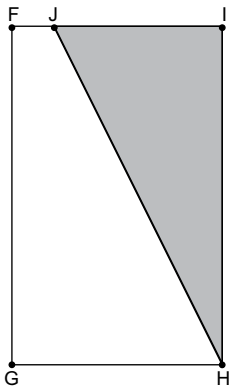
- (A) O sentido da palavra, segundo o autor, apresentava-**se** como uma tradução duvidosa da língua inglesa.
- (B) São relativamente novas, as frases em que emprega-**se** o “sobre” com o sentido, de “ter a ver com”.
- (C) É verdade que algumas traduções literais, não adaptam-**se** com naturalidade, à língua de chegada.
- (D) Muitos não têm apercebido-**se** da forte influência, da cultura anglófona sobre a nossa.
- (E) Os filmes estrangeiros normalmente apresentam-**se** repletos, de expressões que soam estranhas ao ouvido.

11. Jonas leu 3 livros no mês de janeiro, sendo um livro de 348 páginas, outro de 441 páginas e um terceiro de 235 páginas. No dia primeiro de janeiro, ele leu $\frac{1}{16}$ do total de páginas desses três livros e, em cada um dos demais dias do mês, ele leu o mesmo número de páginas. Jonas lia todo um livro antes de passar para o próximo e, no dia 21, ele terminou de ler o livro com o maior número de páginas. O dia de janeiro em que Jonas terminou de ler o primeiro livro foi
- (A) 6.
(B) 7.
(C) 8.
(D) 9.
(E) 10.
12. Certo tipo de peça é produzido por uma máquina A em 32 minutos. Esse tipo de peça é produzido por uma máquina B, a cada 36 minutos, e por uma máquina C, a cada 48 minutos. Essas três máquinas são ligadas ao mesmo tempo e começam a produzir essas peças. No momento em que as três máquinas finalizarem uma peça ao mesmo tempo, o total de peças que já terão sido produzidas será
- (A) 23.
(B) 27.
(C) 31.
(D) 35.
(E) 39.
13. Um aeromodelista possui 0,5 litro de um combustível comum e 3 litros de um combustível especial. Ele deseja fazer uma mistura apenas com esses dois combustíveis, de modo que contenha 80% de combustível especial. Nessas condições, o volume máximo dessa mistura que ele conseguirá fazer será, em litros, igual a
- (A) 2,4.
(B) 2,5.
(C) 2,7.
(D) 2,8.
(E) 3,0.

14. João coleciona selos e moedas. No dia 8 de janeiro, ele tinha 9 selos para cada 4 moedas. No dia 9 de janeiro, ele ganhou alguns selos e 46 moedas e, agora, para cada 9 selos, João tem 5 moedas. Se a soma do número de selos com o número de moedas que João passou a ter no dia 9 é igual a 420, o número de selos que ele ganhou nesse dia foi
- (A) 12.
 - (B) 18.
 - (C) 24.
 - (D) 30.
 - (E) 36.
15. Um acampamento escolar comprou 900 picolés para a temporada de férias de maneira que cada aluno acampado ganhasse um picolé por dia, durante os 12 dias da temporada. O acampamento começou com 75 alunos, mas no quinto dia, antes da distribuição de picolés, 5 novos alunos chegaram, e, no oitavo dia, depois da distribuição de picolés, alguns alunos decidiram sair do acampamento e voltar para casa. Quando a temporada de férias terminou, ainda havia 8 picolés em estoque. Logo, o número de alunos que saíram do acampamento no oitavo dia foi
- (A) 10.
 - (B) 11.
 - (C) 12.
 - (D) 13.
 - (E) 14.
16. Para limpar uma sala de cinema, 3 funcionários de igual capacidade trabalharam por 2h30. Para limpar quatro salas iguais à primeira, 8 funcionários irão trabalhar por
- (A) 3h15.
 - (B) 3h30.
 - (C) 3h45.
 - (D) 4h.
 - (E) 4h15.
17. Em uma sala de aula havia 3 meninos a mais do que meninas. Cada menina escreveu um bilhete para cada menino e cada menino escreveu um bilhete para cada menina, num total de 176 bilhetes. O número de meninas nessa sala é um divisor de
- (A) 24.
 - (B) 30.
 - (C) 36.
 - (D) 42.
 - (E) 50.

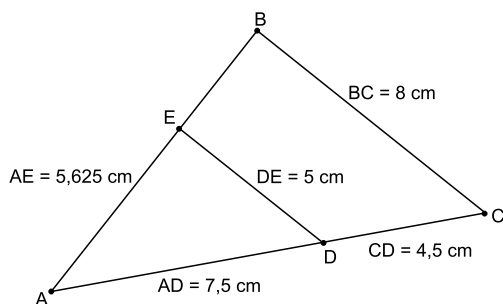
18. Em uma turma escolar, a média das massas dos 12 meninos é 2 kg a mais do que a média das massas das meninas. Excluindo o menino de menor massa, que tem 32 kg, a diferença entre a média das massas dos 11 meninos e a média das massas das meninas passa a ser de 2,2 kg. A média das massas das meninas dessa turma, em kg, é igual a
- (A) 31,4.
 (B) 31,6.
 (C) 31,8.
 (D) 32,2.
 (E) 32,4.

19. O ponto J pertence ao lado FI do retângulo FGHI, conforme mostra a figura.



A área do triângulo HIJ é 40% da área do retângulo FGHI, e a razão entre os lados FG e GH é 1,6. Sendo a medida do segmento HJ igual a $4\sqrt{5}$ cm, a área do retângulo FGHI, em cm^2 , é:

- (A) 24.
 (B) 28.
 (C) 32.
 (D) 36.
 (E) 40.
20. Os pontos D e E pertencem aos lados de um triângulo ABC, de maneira que o segmento DE é paralelo ao segmento BC, conforme mostra a figura.



O perímetro, em cm, do triângulo ABC é

- (A) 20.
 (B) 23.
 (C) 26.
 (D) 29.
 (E) 32.

ATUALIDADES

21. A ONU disse, neste domingo (22.10), que o número de refugiados rohingyas já ultrapassa os 600 mil. [...] A ONU classificou a situação como uma “emergência humanitária crítica” e afirmou que os refugiados, após esgotarem seus recursos na viagem, dependem de ajuda para comer e sobreviver.

(Agência Brasil – goo.gl/on24ay – acesso em 27.12.2017. Adaptado)

O grupo rohingya

- (A) vive no Iêmen e se tornou perseguido por não renunciar à religião budista.
 - (B) tem procurado se estabelecer no sul da Europa onde vive em campos de refugiados.
 - (C) é uma minoria muçulmana perseguida que vive em Mianmar, país do sul da Ásia.
 - (D) ocupa parte do Afeganistão, mas tem perdido as terras para os radicais Talibãs.
 - (E) vive ao norte da Índia e constitui minoria tratada como estrangeira em suas próprias terras.
22. Anualmente, a revista norte-americana *TIME* elege “a personalidade do ano” e a homenageia em sua capa. Esta capa da *TIME*, de 06.12, foi reproduzida em todo o mundo por causa de seu significado.



(G1 – goo.gl/WnwzZY Acesso em 27.12.2017)

As mulheres representadas na capa iniciaram um movimento

- (A) a favor da liberação do aborto.
- (B) de incentivo à igualdade de gênero.
- (C) de restrição às práticas homofóbicas.
- (D) de denúncia contra o assédio sexual.
- (E) contrário à segregação racial.

23. Ícone da bossa nova, o cantor e compositor de 86 anos está, desde outubro, sob os cuidados da filha. A ação da filha “põe fim aos negócios temerários que o pai vinha sendo orientado a firmar, que resultaram na atual condição de quase miserabilidade do artista”.

(Folha de S.Paulo – goo.gl/LgXbXw. Acesso em 27.12.2017. Adaptado)

O famoso cantor citado na notícia é

- (A) João Gilberto.
 - (B) Milton Nascimento.
 - (C) Emílio Santiago.
 - (D) Djavan.
 - (E) Fagner.
24. O julgamento sobre o tema se arrastava no STF há pelo menos 13 anos. Por 7 votos a 2, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, em 29 de novembro, proibir, em todo o país, o uso desse produto, que é utilizado na fabricação de telhas e caixas d’água. Até então, embora “reconhecida-mente cancerígena”, essa fibra podia ser comercializada no Brasil.

(UOL – goo.gl/Qg5aPk. Acesso em 27.12.2017. Adaptado)

O produto a que a notícia se refere, e que agora está proibido no Brasil, é

- (A) a cassiterita.
 - (B) o estanho.
 - (C) o amianto.
 - (D) a argila.
 - (E) o antimônio.
25. Leia a reportagem de 09 de agosto.

No Brasil, em dez anos, este problema de saúde avançou em todas as faixas etárias, mas quase dobrou entre jovens de 18 a 24 anos – de 4,4% para 8,5%. E, embora a prevalência ainda seja maior entre pessoas com menor escolaridade, a doença tem avançado também entre aqueles com níveis médio e alto de estudo. A preocupação dos especialistas é que essa doença acarreta o surgimento de outras, como o diabetes.

(Folha de S.Paulo – goo.gl/iCsBC. Acesso em 28.12.2017. Adaptado)

A doença apontada na reportagem é a


- (A) osteoporose.
- (B) hipertensão arterial.
- (C) trombose.
- (D) herpes.
- (E) obesidade.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Observe a tabela a seguir, extraída do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão. O intervalo B2:B5 contém valores no formato Moeda, com duas casas decimais.

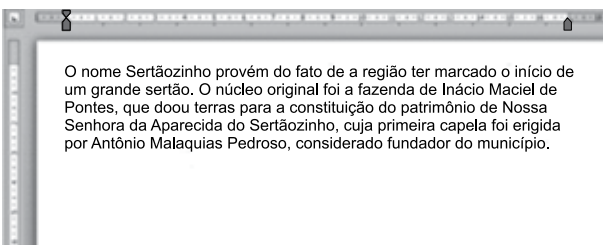
	A	B
1	Nome	Salário
2	Paula	R\$ 2.433,30
3	Carlos	R\$ 1.500,00
4	Daniel	R\$ 2.323,34
5	Andrea	R\$ 2.300,90

Assinale a alternativa que apresenta o novo valor da célula B4, quando nela for aplicada, apenas uma vez, o re-

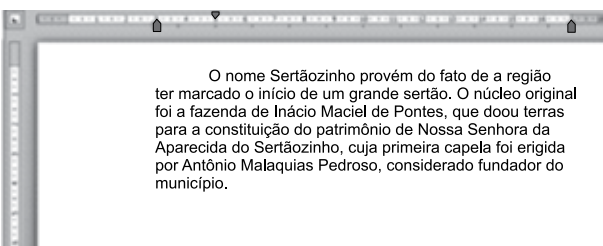
curso associado ao botão , do grupo Número, da guia Página Inicial.

- (A) R\$ 2.323,34
(B) R\$ 2.323,3
(C) R\$ 2.323
(D) R\$ 2.323,0
(E) R\$ 2.323,00
27. Observe as imagens a seguir, extraídas do MS-Word 2010, em sua configuração padrão. Elas apresentam um texto em dois momentos: ANTES e DEPOIS da aplicação de novas configurações de parágrafo, que podem ser acessadas a partir do iniciador de caixa de diálogo, do grupo Parágrafo, da guia Página Inicial.

ANTES



DEPOIS



Assinale a alternativa que contém o nome das configurações modificadas entre os dois momentos apresentados nas figuras.

- (A) Recuo à Direita e Recuo Especial da Primeira linha.
(B) Recuo à Direita e Espaçamento Antes.
(C) Recuo à Direita e Alinhamento à Direita.
(D) Recuo à Esquerda e Recuo Especial da Primeira linha.
(E) Recuo à Esquerda e Alinhamento à Esquerda.

28. Na Área de Trabalho do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, o usuário pode desfazer o envio de um arquivo para a Lixeira, que acaba de ser realizado, utilizando o atalho de teclado

- (A) Ctrl+V
(B) Ctrl+C
(C) Ctrl+X
(D) Ctrl+A
(E) Ctrl+Z

29. No MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão, quando uma mensagem está sendo preparada, o usuário pode indicar aos destinatários que a mensagem precisa de atenção utilizando a marca de _____. Esse recurso pode ser encontrado no grupo Marcas, da guia Mensagem.

Assinale a alternativa que apresenta a opção que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

- (A) SPAM.
(B) Alta Prioridade.
(C) Baixa Prioridade.
(D) Assinatura Personalizada.
(E) Arquivo Anexado.

30. Considere a imagem a seguir, extraída do Internet Explorer 11, em sua configuração padrão. A página exibida no navegador foi completamente carregada.



Ao pressionar o botão F5 do teclado, a página exibida será

- (A) imediatamente fechada.
(B) enviada para impressão.
(C) atualizada.
(D) enviada por e-mail.
(E) aberta em uma nova aba.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A escola para pessoas comuns, nem nobres, nem clérigos, é própria das sociedades urbano-industriais que, impulsionadas pelo capitalismo, atingiram enorme desenvolvimento tecnológico para a produção de bens materiais ao mesmo tempo que engendraram relações sociais de exploração do homem pelo homem, resultando em desafiadora desigualdade social. No Brasil, que se urbanizou e industrializou no decorrer do século XX, é na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que a educação escolar vem figurar como direito

- (A) de todos os indivíduos, ao ensino fundamental obrigatório e gratuito, na idade certa ou não, com ou sem deficiências ou superdotação, correspondendo ao dever do governo, da sociedade civil e das famílias.
- (B) individual subjetivo, a ser assegurado pelo Estado, a brasileiros dos quatro aos catorze anos de idade, mediante vaga em instituições públicas e gratuitas ou com bolsa de estudo em escolas particulares.
- (C) das crianças e jovens em idade escolar, sendo dever dos governos e das famílias e, tendo por finalidade, promover oportunidades iguais no país todo, mediante preparo dos jovens para o trabalho qualificado.
- (D) do cidadão e dever do Estado, com a função social de promover o desenvolvimento econômico do país, fazendo “crescer o bolo” da riqueza nacional para, então, dividi-lo e diminuir a desigualdade.
- (E) individual subjetivo e dever do Estado e da família, com a finalidade de pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

32. A chamada Educação Inclusiva é um movimento que teve início e ganhou força com a proposta de atender em classes comuns do ensino regular os educandos com deficiências, com distúrbios, ou com superdotação, e que, conforme Machado (2009) e Mantoan (2006),

- (A) mostrou a necessidade de abrir a escola às diferenças inerentes ao ser humano e recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.
- (B) teve sua maior vitória com a extinção da educação especial e a contratação de monitores de LIBRAS e de Braille, para ajudar os professores das classes comuns.
- (C) ainda está só no papel, pois já há literatura e legislação a respeito, mas não existem experiências de transformação das escolas em ambientes incluídos.
- (D) depende de programas de especialização dos professores de classe comum que se dispuserem a aceitar alunos com deficiência mental em suas turmas regulares.
- (E) enfraqueceu-se diante do desempenho decepcionante dos alunos de classes de inclusão, com e sem deficiência, evidenciado em avaliações de rendimento escolar.

33. Na organização da Educação Básica, a cada uma de suas etapas pode corresponder uma ou mais das modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação a Distância, conforme se explicita no art. 27 da Resolução CNE/CEB nº 4/2010. São diferentes modos para se assegurar, igualmente, o direito à educação, a todos, com a mesma base curricular e os mesmos princípios, sem excluir ninguém, atendendo a seus interesses e às peculiaridades de suas condições de vida, na perspectiva inclusiva.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade que, nas diversas partes do mundo, tem a função de propiciar a todos a atualização dos conhecimentos durante toda a vida, a qual lhe é própria e se chama função “qualificadora” ou “permanente”. No caso do Brasil, país com passado colonial e escravocrata, herança histórica de desigualdade, de acordo com o Parecer CNE nº 11/2000, a EJA assume duas outras funções, as quais relacionam-se à restauração de um direito negado, a uma escola de qualidade, e ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. São as funções:

- (A) resgatadora e nivelante.
- (B) corretiva e padronizante.
- (C) afirmadora e equalizadora.
- (D) reparadora e equalizadora.
- (E) reparadora e compensatória.

34. A Resolução CNE/CEB nº 04/2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, estabelece que para assegurar efetividade ao projeto da educação nacional, vencer a fragmentação das políticas públicas e superar a desarticulação institucional, a concepção de educação deve orientar a institucionalização

- (A) do regime de parcerias entre os entes federados no qual seus sistemas de ensino, embora percam toda autonomia, têm suas peculiaridades regionais valorizadas e seus problemas específicos, priorizados.
- (B) do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no qual convivem sistemas educacionais autônomos e as diferenças regionais são valorizadas.
- (C) do regime de colaboração entre União e Municípios, dotando as ações de maior agilidade no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.
- (D) da definição dos conteúdos mínimos de todas as disciplinas, para as escolas públicas e privadas, assegurando a padronização do currículo.
- (E) da formação profissional docente nos sistemas municipais, estaduais e da União, unificando, assim, os métodos de ensino.

35. Libâneo, Oliveira e Toschi (2010) apresentam uma visão crítica sobre a educação brasileira ao analisar o processo de centralização/descentralização na organização do ensino. Destacam que somente a Constituição ou uma lei não conseguem, sozinhas e rapidamente, descentralizar o ensino e fortalecer o município. Para os autores, a descentralização far-se-á com espírito de colaboração, o qual não faz parte da tradição política brasileira, como é perceptível na atual Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Esta centraliza, no âmbito federal, as decisões sobre currículo e avaliação, atribuindo à sociedade responsabilidades que deveriam ser do Estado, por meio, por exemplo, de projetos com trabalho de voluntários nas escolas. A descentralização feita nesses moldes, de acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi, vem atrelada aos interesses
- (A) neoliberais, de diminuir os gastos sociais do Estado.
 - (B) de grupos progressistas voltados à equalização de gastos sociais.
 - (C) de associações de professores que querem a unificação dos currículos.
 - (D) da população em encontrar as portas da escola abertas à sua participação.
 - (E) governamentais, de acelerar o processo de participação democrática nas escolas.
36. Cada docente é incumbido de elaborar seu plano de trabalho, nos termos do inciso II, do art. 13, da LDBEN, o qual é denominado Projeto de Ensino-Aprendizagem no texto de Vasconcellos (2002). De acordo esse autor, para tal elaboração o professor deve considerar escolhas e decisões já realizadas por toda a comunidade escolar, das quais ele também participou. De acordo com o referido autor, essas escolhas e decisões compõem: o Marco Referencial, o Diagnóstico e a Programação. Para seu plano de trabalho, cada professor deve considerar, ainda, o Planejamento Curricular, o qual, segundo Vasconcellos, constitui
- (A) o conjunto dos conteúdos das diversas disciplinas, ordenados, em cada uma delas, dos mais básicos aos mais complexos, e combinados, em cada série/ano, de acordo com o tema transversal escolhido.
 - (B) o programa das disciplinas que obrigatoriamente deve ser cumprido na sua totalidade pelos professores, independentemente do contexto e dos alunos atendidos, porque serão cobrados na Prova Brasil.
 - (C) a proposta geral das experiências de aprendizagem que serão oferecidas pela escola, nos diversos componentes curriculares, formando a espinha dorsal da escola, desde as séries iniciais até as finais.
 - (D) a base do processo de ensino-aprendizagem, cujos conteúdos a serem desenvolvidos devem estar pautados exclusivamente nos livros didáticos e nas apostilas produzidas pelos sistemas educacionais.
 - (E) um documento escolar relevante para o professor comprovar que atendeu as demandas das secretarias de educação, cumprindo o programa, nos casos em que os alunos tiveram aproveitamento insuficiente.
37. A educação escolar, por ser organizada em sistemas, tem seu planejamento e avaliação realizados em diferentes níveis de abrangência, indo das políticas nacionais até o nível das decisões de cada professor, para concretizar, em sala de aula, o planejado. Debates a respeito da possibilidade de as avaliações externas trazerem dados para o planejamento do ensino, e melhoria real da aprendizagem dos alunos, evidenciaram que, caso a intenção fosse mesmo usar esses dados de avaliação externa para melhorar a educação, seria necessário trabalhar com ela dentro das escolas. Isso significaria, de acordo com Locatelli (2001), citado por Freitas (2007), reconhecer que
- (A) a avaliação intraescolar pouco contribui para o bom desempenho dos alunos nas provas externas, “porque estas são planejadas com foco na memorização”.
 - (B) há necessidade de “exigir que os professores, em seu planejamento didático, tomem por base os resultados de seus alunos nas avaliações externas”.
 - (C) os professores precisam “treinar seus alunos para as avaliações externas, utilizando-se do modelos de provas já aplicadas anteriormente”.
 - (D) somente “uma boa e séria avaliação interna permitirá às escolas a construção de um diálogo efetivo com a avaliação externa”.
 - (E) a escola precisa perceber que “para melhorar o resultado das provas, o justo é cobrar, nelas, apenas os conteúdos ensinados”.
38. A Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), estabelece em seu art. 9º, inciso VI, que a União incumbir-se-á de assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino. Para isso, a política educacional brasileira em curso criou instrumentos de avaliação nacional, cuja finalidade é a realização de avaliações de diagnóstico em larga escala. Esse modelo de avaliação é criticado por Libâneo, Oliveira e Toschi (2010), pois esses autores o compreendem como
- (A) injusto, porque possibilita às escolas identificarem os “melhores” professores, limitando, apenas a estes, a ascensão no plano de carreira.
 - (B) equivocado, pois classifica os melhores alunos do país apenas por notas e, assim, dá bolsa de estudos àqueles que não precisam.
 - (C) insuficiente, por considerar, na avaliação, apenas aspectos quantitativos, não levando em conta dimensões mais amplas da educação.
 - (D) alibi para a demissão dos profissionais da educação que atuam nas escolas públicas de baixo rendimento.
 - (E) política que “mistura as coisas”, ao premiar, com dinheiro, as escolas bem sucedidas nessas avaliações.

39. Freitas (2007) aborda a avaliação em larga escala no país e salienta que, no período de 1988-2002, houve a criação, a institucionalização, o desenvolvimento e a consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Com o estabelecimento de normas jurídico-legais e político-administrativas, ganhou forma objetiva, no Brasil, um modelo de Estado-regulador e Estado-avaliador. Além disso, o Estado atuou também como executor com os exames nacionais e a montagem de um sistema nacional de informação educacional, empenhando-se em instaurar
- (A) práticas avaliativas conteudistas.
- (B) modelos determinados pelo Banco Mundial.
- (C) mecanismos eficazes de “avaliação-globalização”.
- (D) práticas sistemáticas de “medida-avaliação-informação”.
- (E) práticas tecnológicas para “medida-avaliação-transformação”.
40. O art. 26 da LDBEN nº 9.394/96 estabelece que o currículo da educação terá uma base nacional comum complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar por uma parte diversificada. Desse modo, o art. 11 e parágrafos da Resolução CNE/CEB nº 7/2010 declaram que, no Ensino Fundamental, essas partes do currículo
- (A) são distintas e independentes, ficando a parte diversificada destinada a atender interesses e peculiaridades regionais e locais.
- (B) são independentes entre si e os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada se destinam a atender a livre escolha dos estudantes.
- (C) constituem um todo integrado e a articulação de ambas possibilita a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local, as necessidades dos alunos, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia.
- (D) constituem um todo integrado e os conhecimentos que fazem parte da base nacional comum, a que todos devem ter acesso, podem ser alterados regionalmente ou nas escolas, tão somente em virtude de fatores sazonais, ou de calamidade pública, ou de acidentes ecológicos.
- (E) foram propostas com a intenção de assegurar um currículo amplo e rico, de modo que a base nacional comum assegure a formação do cidadão, enquanto a parte diversificada deve atender a formação para o trabalho, atendo-se às áreas de ocupação que oferecem vagas na localidade e região.
41. Na obra *Organização e gestão escolar: teoria e prática*, Libâneo (2004) examina a proposta curricular e explicita que os objetivos de formação cultural e de desenvolvimento curricular precisam considerar hoje a nova configuração econômica e política e as novas realidades sociais e culturais do mundo contemporâneo. Isso significa propiciar aos alunos conhecimentos e experiências diversificadas, integrando no currículo a variedade de culturas que permeia a escola. Portanto, trata-se de formular coletivamente formas pedagógico-didáticas de assegurar essa articulação e, assim, compreender a escola como lugar de
- (A) intercâmbio espontâneo entre culturas de várias origens e matizes.
- (B) retomada da escola nova associada ao aproveitamento didático dos conteúdos da mídia.
- (C) disponibilização do conhecimento científico, conforme o interesse do aluno, cobrando dele, dedicação e resultados.
- (D) transmissão do saber sistematizado, de modo a substituir os saberes populares, ingênuos e, quase sempre, inúteis.
- (E) síntese entre cultura formal, sistematizada, e a cultura experienciada que acontece na família, na rua, na cidade, nas mídias e outros contextos culturais.
42. Oliveira e Pacheco (In: Esteban 2005), no artigo *Avaliação e currículo no cotidiano escolar*, consideram a importância da avaliação em toda discussão curricular e descrevem uma atividade de ensino-aprendizagem realizada por alunos do Ensino Médio de uma escola da cidade do Rio de Janeiro. A atividade consistiu na pesquisa de contribuições culturais dos povos da Antiguidade Clássica à cultura ocidental e presentes na cidade do Rio de Janeiro, com a construção de folders que expressassem essa pesquisa. A avaliação dessa atividade foi desenvolvida por meio de relatórios de autoavaliação. No decorrer do trabalho, os alunos puderam incorporar novos saberes às redes de conhecimentos que já possuíam, incluindo conteúdos para além do “mínimo” proposto no programa oficial. De acordo com os autores, esses conhecimentos tecidos em rede, não disciplinarmente, mas por meio de processos singulares, múltiplos e imprevisíveis, podem ser compreendidos como
- (A) resultado de estratégias interessantes que possibilitaram o aprendizado dos alunos e permitiram a memorização do que foi pesquisado, com menos trabalho do professor.
- (B) processos reais de aprendizagem, à medida que estabeleceram diálogos entre o programa oficial e a realidade do aluno, as aulas propriamente ditas e o cotidiano.
- (C) resultado de metodologia de trabalho difícil, pois o professor teve de manter uma disciplina rígida para assegurar o sucesso de todos.
- (D) produto da técnica usada pelo professor ao adotar uma atividade de trabalho por projeto, conforme Decroly.
- (E) processos lúdicos para distração dos alunos, embora sem o cumprimento do programa oficial.

- 43.** No texto “Ensino e Aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas” (In: Moran; Masetto; Behrens, 2000), Moran comenta que, assim como acontece com outras organizações, o campo da educação está muito pressionado por mudanças. Acrescenta que a percepção da educação como caminho fundamental para transformar a sociedade abre um mercado gigantesco que está atraindo grandes grupos econômicos dispostos a ganhar dinheiro, investindo nesse novo nicho. Em conformidade com essa realidade, no campo educacional, uma das áreas prioritárias de investimento, segundo Moran, é a implantação de tecnologias telemáticas de alta velocidade, para
- (A) conectar alunos, professores e a administração.
 - (B) reduzir ao mínimo os gastos com a educação escolar.
 - (C) substituir a educação presencial pela educação a distância.
 - (D) apoiar professores e alunos na construção do conhecimento.
 - (E) melhorar a qualidade no processo de ensino e de aprendizagem.
- 44.** No texto “Tecnologias e gestão do conhecimento na escola” (In: Vieira; Almeida; Alonso, 2003), Almeida comenta que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) começaram, na educação, como apoio, informatizando as atividades administrativas e, apenas mais tarde, elas passaram a ser adotadas no ensino e na aprendizagem.
- De acordo com essa autora, o uso inicial da tecnologia no campo da administração/gestão visava
- (A) subsidiar as tomadas de decisões do diretor da escola.
 - (B) desenvolver projetos relacionados com a gestão.
 - (C) possibilitar a comunicação entre os educadores.
 - (D) oferecer suporte técnico aos professores.
 - (E) agilizar o controle e a gestão técnica.
- 45.** Segundo, Vasconcellos (2002), o projeto político-pedagógico (ou projeto educativo) é o plano global da instituição e envolve uma construção coletiva do conhecimento. Ele tem valor de articulação da prática, de memória do significado da ação, de elemento de referência da caminhada. Portanto, é fundamental que ele constitua uma metodologia de trabalho que possibilite ressignificar a ação de todos os agentes da escola e que ele
- (A) tenha validade para um biênio.
 - (B) seja construído participativamente.
 - (C) dependa de assessoria especializada.
 - (D) siga o modelo elaborado pelo supervisor.
 - (E) seja integralmente cumprido no prazo estipulado.
- 46.** De acordo com o art. 43, da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, o projeto político-pedagógico (PPP) representa mais que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social. Esse projeto (PPP), conforme Veiga (In: Veiga e Resende, orgs., 2008), explicita os fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de implementação e avaliação da escola. Construí-lo, executá-lo e avaliá-lo é tarefa da escola toda e, conforme Gadotti (In: Gadotti e Romão, orgs. 2001), todo projeto pedagógico supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Assim sendo, o projeto educativo de escola pode ser tomado como promessa, frente a determinadas rupturas e, nesse sentido, ele depende sobretudo
- (A) da ousadia de seus agentes.
 - (B) da proposta do supervisor de ensino.
 - (C) do apoio da Sociedade Amigos do Bairro.
 - (D) da aprovação pelos órgãos centrais do sistema de ensino.
 - (E) do cumprimento do roteiro fixado pela secretaria da educação municipal.

47. Um supervisor de ensino reuniu-se com o grupo de diretores de escola “pública” de seu setor para assessorá-los na elaboração e reformulação do Regimento Escolar. Para isso, retomaram a leitura do Parecer CNE/CEB nº 07/2010, que define como componentes do regimento: a natureza e a finalidade da instituição; as atribuições de seus membros e a relação entre eles; as normas para as atividades relativas ao currículo e à avaliação entre outras. Ainda, de acordo com esse parecer, o Regimento, uma vez discutido e aprovado pela comunidade escolar e conhecido por todos, constitui-se em um dos instrumentos de

- (A) seleção dos órgãos efetivos da escola.
- (B) execução do seu projeto político-pedagógico.
- (C) direcionamento das propostas e ações do Conselho de escola.
- (D) distribuição das verbas destinadas à orientação e supervisão das atividades da APM.
- (E) aprovação dos conteúdos curriculares elencados nos planos de ensino-aprendizagem.

48. Ao analisar as relações entre descentralização e autonomia, Libâneo (2004) aponta que esta última fortalece as escolas, acentua o espírito de equipe, envolvendo os professores e demais educadores na responsabilidade em assumir um papel na organização do trabalho escolar, na sala de aula e na escola como um todo.

Por sua vez, Cavagnari (In: Veiga e Resende, org., 2008) afirma que a competência é elemento fundamental à conquista da autonomia a qual se dá em duplo sentido: técnica e política, sendo que a autonomia política consiste no compromisso profissional dos educadores de

- (A) treinar os alunos em habilidades de comunicação para que eles possam ser os políticos do futuro.
- (B) ensinar as disciplinas sempre por meio das tecnologias da comunicação, atualizando a todos.
- (C) oferecer uma formação partidária para que o escolar adote logo cedo um partido político.
- (D) assumir a tarefa educativa da escola em sua função básica: a de ensinar e ensinar bem a todos.
- (E) desenvolver uma formação teórico-política nos temas de todos os conteúdos curriculares.

49. Observe a imagem a seguir.



(<http://www.ivanvalente.com.br/fechamento-de-salas-gera-turmas-com-ate-85-alunos-na-rede-estadual/>)

Ela exemplifica a escola que utiliza a abordagem tradicional de ensino, isto é, a escola como “(...) o lugar por excelência onde se realiza a educação, a qual se restringe, em sua maior parte, a um processo de transmissão de informações em sala de aula e funciona como uma agência sistematizadora de uma cultura complexa (...) um ambiente físico austero para que o aluno não se distraia. Considera o ato de aprender como uma cerimônia e acha necessário que o professor se mantenha distante dos alunos”. Nessa abordagem, como coloca Mizukami (1986), “o papel do professor está intimamente ligado

- (A) à facilitação da aprendizagem”.
- (B) à mediação da aprendizagem dos alunos”.
- (C) à transmissão de certo conteúdo predefinido”.
- (D) à aplicação de tecnologias de ensino-aprendizagem”.
- (E) ao planejamento do ensino para que o desempenho do aluno seja maximizado”.

50. Os teóricos que estudam o desenvolvimento humano, a cognição, a afetividade, têm contribuído, amiúde, com fundamentos para novas maneiras de se trabalhar nas escolas. Um desses teóricos foi Jean Piaget, o qual, em obra de 1976, afirmou que “[...] o conhecimento não procede nem da experiência única dos objetos nem de uma programação inata pré-formada no sujeito, mas de

- (A) contradições que marcam a produção do conhecimento psicológico”.
- (B) construções sucessivas com elaborações constantes de estruturas novas”.
- (C) uma cadeia de ideias atomisticamente formada a partir do registro dos fatos”.
- (D) relações entre o comportamento a ser aprendido e as suas consequências”.
- (E) uma síntese pessoal, que transforma os anseios sociais em conhecimentos”.

51. Ao se estudar os Teóricos da Educação, sempre se faz presente a figura de Jean Piaget. Sobre esse autor, La Taille (1992) coloca que, no livro *Biologie et Connaissance* (1967), Piaget escreveu que “a inteligência humana somente se desenvolve no indivíduo em função de interações sociais que são, em geral, demasiadamente negligenciadas”. Segundo La Taille, essa afirmação pode causar estranheza em alguns leitores, porque Piaget costuma ser criticado exatamente por ‘desprezar’ o papel dos fatores sociais no desenvolvimento humano. Todavia, nada seria mais injusto do que acreditar que tal desprezo realmente existiu. O máximo que se pode dizer é que, de fato, Piaget não se deteve longamente sobre a questão, contentando-se em
- (A) afirmar que, para a criança adquirir pensamento e linguagem, deve passar por várias fases de desenvolvimento psicológico, partindo do social para o individual.
 - (B) declarar que no início do desenvolvimento os fatores biológicos preponderam e somente na pré-adolescência é que o social passa a prevalecer.
 - (C) situar as influências e determinações da interação social sobre o desenvolvimento da inteligência.
 - (D) manifestar que a fala egocêntrica indica a trajetória da criança: dos processos socializados aos internos.
 - (E) expressar que signos e palavras são para as crianças um meio de contato com outras pessoas.
52. As teorias relacionadas aos processos de ensino e de aprendizagem estão longe de apresentar consenso, pois há grandes diferenças de visão entre os estudiosos. Para Weisz (2009), por exemplo, não existe um processo único de ‘ensino-aprendizagem’, mas dois processos distintos. Partindo dessa perspectiva, a autora faz referência ao modelo de ensino denominado “aprendizagem pela resolução de problemas”. Quando fala desse modelo, ela não está se referindo à matemática, mas à utilização, do problema como núcleo das situações de aprendizagem. Conforme sua exposição, esse modelo reconhece o papel da ação do aprendiz e a especificidade da aprendizagem de cada conteúdo, e propõe que a didática construa situações-problema tais que o aluno precise
- (A) produzir a resposta esperada pelo professor.
 - (B) contar com um roteiro para seguir em cada atividade.
 - (C) expressar claramente tudo o que foi ensinado pelo professor.
 - (D) dar uma resposta original frente à realização da tarefa proposta.
 - (E) colocar em jogo o que ele sabe no esforço de realizar a tarefa proposta.
53. Oliveira (In: La Taille; Oliveira; Dantas, 1992) coloca que, “a importância da intervenção deliberada de um indivíduo sobre outros como forma de promover desenvolvimento articula-se com um postulado básico de Vigotski: a aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento desde o nascimento da criança”. A autora complementa afirmando que, em concordância com esse postulado, a intervenção pedagógica
- (A) incentiva a busca do saber.
 - (B) possibilita uma aprendizagem significativa.
 - (C) provoca avanços que não ocorreriam espontaneamente.
 - (D) articula experiências pessoais em áreas diversas do conhecimento.
 - (E) proporciona o desenvolvimento e a reorganização da estrutura cerebral.
54. Perrenoud, na obra *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas* (1999), aborda a avaliação e acompanhamento do rendimento escolar. Como o próprio título indica, o autor afirma que, ao se focalizar a avaliação no âmbito da escola, percebe-se um movimento entre duas lógicas: uma avaliação a serviço da seleção e uma avaliação a serviço das aprendizagens (avaliação formativa). Segundo Perrenoud, “É formativa toda avaliação que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver; ou melhor, que
- (A) possibilita ao professor avaliar sem aplicar provas”.
 - (B) permite ao professor testar se o aluno aprendeu os conteúdos ministrados”.
 - (C) assegura uma padronização tanto das aprendizagens quanto do perfil dos alunos”.
 - (D) participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo”.
 - (E) afiança bons resultados nas avaliações externas, coordenadas pelos órgãos centrais do sistema de ensino”.
55. Estudando para o concurso de supervisor de ensino de Sertãozinho, Elisângela buscou em Hoffmann (2001) subsídios para compreender o tema “Avaliação e acompanhamento do rendimento escolar”. Nessa obra, na qual a autora apresenta os princípios essenciais da avaliação mediadora, aprendeu que “Podemos pensar na avaliação mediadora como um processo de permanente troca de mensagens e de significados, um processo interativo, dialógico, espaço de encontro e de confronto de ideias entre educador e educando, em busca de
- (A) patamares qualitativamente superiores de saber”.
 - (B) objetividade e exatidão da aprendizagem do aluno”.
 - (C) mudanças ocorridas nos alunos, enquanto sujeitos sociais”.
 - (D) alternativas que dinamizem o processo de ensino-aprendizagem”.
 - (E) representações que os sujeitos construíram a partir de suas experiências”.

56. Conforme Saviani, In: Ferreira(org., 2000), as pressões sociais em torno da questão educacional foram intensificadas pelo desenvolvimento da sociedade num sentido capitalista que acelerou o processo de industrialização e urbanização. Essas pressões conduziram às reformas dos anos 20, principalmente pelos governos estaduais, pois somente após a Revolução de 30, é que “toda essa mobilização ganha expressão nacional, passando a ser coordenada pelo poder central”, e seguindo-se, nesse âmbito, algumas reformas e, depois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, as Leis Federais nº 5.540/68 e nº 5.692/71. Nesse contexto, é que houve, no nível de cada escola, “a separação entre a ‘parte administrativa’ e a ‘parte técnica’ propiciando o surgimento da figura do supervisor como distinta do diretor e também do inspetor”.

Saviani considera que a introdução desse agente específico no interior da escola

- (A) significou a adesão a um modismo dos Estados Unidos da América do Norte, considerado, naquele período histórico, como modelo de educação escolar avançada nos processos utilizados e exitosa na aprendizagem dos alunos.
- (B) constituiu-se em elemento inovador para o processo educativo escolar, atendendo a demandas do contexto socioeconômico que o país vivia e que exigia preparar mão de obra qualificada para assumir postos de trabalho nas indústrias.
- (C) foi um equívoco que provocou divisão no comando do processo educativo escolar, antes exercido apenas pelo diretor, acarretando, ao invés de maior produtividade, retrocesso nas aprendizagens dos alunos e desânimo dos professores.
- (D) obedeceu a orientações do Banco Mundial, no sentido de cumprir acordos firmados na obtenção de empréstimos para desenvolver programas que melhorassem o nível de escolarização da população do país economicamente ativa.
- (E) correspondeu a um anseio tecnicista” e pretensamente neutro, de garantir a eficiência e a produtividade do processo educativo separando o planejamento para os técnicos e subordinando os professores à “racionalização” dos meios.

57. Saviani, In: Ferreira (org., 2000), esclarece que, diferentemente de outros estados brasileiros, no Estado de São Paulo, a denominação de supervisor é reservada ao agente educativo que desempenha as funções antes atribuídas ao inspetor, no nível de sistema, acrescidas de funções pedagógicas, sendo esse “supervisor” que atua nas unidades escolares denominado

- (A) assistente técnico pedagógico.
- (B) coordenador pedagógico.
- (C) orientador pedagógico.
- (D) mediador educacional.
- (E) assistente de diretor.

58. Rangel e Ferreira, In: Rangel e Freire (2010), refletindo para responder se a educação, numa perspectiva crítica, emancipadora, necessita ou prescinde de supervisão, argumenta em favor de compreender a Supervisão “em suas possibilidades de intervenção no processo pedagógico, por meio da organização e da coordenação de encontros de formação docente continuada que ofereçam e estimulem

- (A) atualização de conhecimentos a respeito de técnicas para o trabalho didático-pedagógico nas aulas, inovadoras, utilizando a internet para emancipar os professores como usuários das redes”.
- (B) intercâmbio com organizações políticas e associações de trabalhadores do ensino e sindicatos, sobre temas relativos à escola pública e sua importância para a democracia e emancipação dos sujeitos”.
- (C) estudos sobre desenvolvimento humano e aprendizagem, com base nas teorias construtivistas e sociointeracionistas, fundamentais para fazer o aluno tornar-se sujeito das aprendizagens”.
- (D) processos formativos que possam cobrir lacunas conceituais da formação docente inicial, emancipando o professor para interpretar dificuldades de aprendizagem dos alunos e resolvê-las por si só”.
- (E) estudos e debates crítico-sociais, contextualizados, de modo que se favoreçam o conhecimento e a valorização de práticas pedagógicas com princípios, processos e perspectivas emancipadoras”.

59. Escolas são organizações sociais de caráter institucional e organizadas em sistemas municipais, estaduais e nacional. Elas têm natureza complexa, o que demanda “trabalho sobre o trabalho” desenvolvido na atividade-fim, garantindo-a e assegurando, assim, o cumprimento da função social da educação escolar. Giancaterino (2010), concordando com outros autores, afirma que “é preciso reinventar a democracia, pluralizar o conhecimento e a cultura na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, o que, de certa forma, requer professores abertos a mudanças e ao auxílio de um corpo pedagógico capaz de interagir no coletivo”. O autor destaca que, nesse contexto, aos supervisores, cabe-lhes “reordenar a reflexão educativa, organizar a vontade coletiva e procurar fazer com que

- (A) as normas legais sejam cumpridas”.
- (B) tudo se decida no coletivo escolar”.
- (C) não havendo consenso, se vote”.
- (D) os propósitos sejam efetivados”.
- (E) cada um exerça suas funções”.

60. A supervisão da educação escolar, seja em nível de sistema, seja no nível intraescolar, de coordenação pedagógica, apresenta dimensões interligadas: a normativa, de assessorar e avaliar a implantação das diretrizes que orientam a organização e o funcionamento das organizações de cada sistema; a pedagógica, de estímulo e apoio a todos os profissionais do ensino, no sentido da formação integral dos educandos, conforme o projeto político-pedagógico, e, ainda, uma dimensão educativa, de formação continuada dos profissionais do ensino. A respeito desta última, Macedo (2005) enfatiza a necessidade de se criarem “contextos de aprendizagem” para os professores, nos quais eles possam refletir sobre

- (A) seus esquemas de ação, atitudes, sentimentos etc., praticados durante a aula, para aprenderem a observar e, se possível, regular sua atuação em favor das aprendizagens dos alunos.
- (B) os resultados alcançados pelos seus alunos nas avaliações externas, de modo a promover retomada e reforço dos conteúdos não aprendidos e solicitar incentivo e apoio dos pais.
- (C) novas teorias de aprendizagem, e treinar as estratégias inspiradas nelas, para tornar as aulas mais agradáveis para os alunos, favorecendo a disciplina deles e a própria satisfação.
- (D) novos métodos e técnicas de ensino apresentados em cursos, realizados junto a universidades ou centros de treinamento, de modo a compreender realmente esses conteúdos.
- (E) os impactos da revolução das tecnologias da informação e da comunicação no cotidiano das pessoas, para realizar, em seu trabalho de sala de aula, as necessárias adaptações.

